



“Igualdade, Inclusão & Excelência Desportiva”

Para:

plano.recuperacao@pm.gov.pt

N. Ref.: E-33752/2020

Loures, 21 de agosto de 2020

Assunto: Visão Estratégica para o Plano de Recuperação – Discussão Pública
Contributo do Comité Paralímpico de Portugal

Ao tomar conhecimento que o documento em assunto se encontra em Discussão Pública e tendo em conta a relevância que o mesmo representa para Portugal, o Comité Paralímpico de Portugal apresenta a seguinte reflexão e contributo para a sua eventual melhoria.

Tal como referido no sítio do Governo da República, este é um “documento enquadrador das opções e prioridades que deverão nortear a recuperação dos efeitos económicos adversos causados pela atual pandemia” que pretende desenhar “o Plano de Recuperação, a apresentar à Comissão Europeia, com vista à utilização dos fundos europeus disponíveis, num horizonte de 10 anos”. O referido documento apresenta 10 eixos estratégicos sintetizados da seguinte forma:

- (i) Uma Rede de Infraestruturas Indispensáveis;
- (ii) A Qualificação da População, a Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia;
- (iii) O Setor da Saúde e o Futuro;
- (iv) Estado Social;
- (v) Reindustrialização do País;
- (vi) A Reconversão Industrial;
- (vii) Transição Energética e Eletrificação da Economia;
- (viii) A Coesão do Território, Agricultura e Floresta;
- (ix) Um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade;
- (x) Cultura, Serviços, Turismo e Comércio.

Havendo a ambição, que se saúda, de estruturar um documento orientador em 10 eixos estratégicos que servirão para a estruturação e desenvolvimento de políticas públicas com o objetivo de orientar e executar investimentos suportados em fundos Europeus que serão colocados à disposição da República por parte da União Europeia, era expectável encontrar neste documento referências ao sector do desporto e, em particular, ao desporto para pessoas com deficiência.

O documento em apreço aborda de forma genérica a importância do Estado Social, mas tendo em conta a relevância que o designado terceiro sector representa para a economia nacional, seria igualmente de esperar que o mesmo fosse tomado em consideração neste contexto.

Após a leitura atenta que o documento nos merece, concluímos que não existe qualquer referência ao desporto e às pessoas com deficiência, sublinhando-se a existência, e bem, de referências a outros setores de atividade, sendo a cultura um bom exemplo.

Reconhecendo o Comité Paralímpico de Portugal que os XXI e XXII Governos da República ao longo dos seus mandatos não ignoraram o desporto, a nível do alto rendimento, em particular o Desporto Paralímpico, materializando-se a referida atenção com o reforço de investimento nesta dimensão desportiva, é com muita preocupação e mesmo deceção que constatamos a ausência de referências a este setor num documento que tem como objetivo “formular uma visão para Portugal no horizonte de uma década, visão essa que enformará a estratégia de recuperação económica da crise provocada pelo novo coronavírus, servindo ainda de referencial para o modelo de desenvolvimento do país num contexto pós-Covid”.

Tendo em conta a importância que o desporto assume nas sociedades mais avançadas, cujo papel vai muito para além do desporto enquanto atividade e o seu valor económico, a ausência de referências que o enquadrem nesta Visão Estratégica, para além da surpresa que nos causa, não pode deixar de assumir um significado e uma opção política. Ignorar o valor do desporto hipoteca tudo o que através da atividade desportiva vai para além desta, mas também coloca em causa todo o trabalho de inclusão desportiva que se tem operado nos últimos anos, o qual é responsabilidade das Organizações Desportivas (OD's), em particular as Federações Desportivas (FD's), e que se repercute na inclusão do desporto para pessoas com deficiência no seio de cada modalidade.

Desenvolver uma “estratégia de recuperação económica da crise provocada pelo novo coronavírus” ignorando o desporto é, na nossa opinião, não (re)conhecer os impactos positivos que este potencia em outras áreas, nomeadamente educativos, culturais, de saúde, etc. A atividade desportiva para além de formar atletas, fornece contributos decisivos na estruturação da lógica de pensamento, do rigor, do trabalho de equipa, na diminuição do absentismo e no aumento da autoestima. Como demonstram estudos da Organização Mundial de Saúde, o desporto pode-se considerar um ativo ao serviço da saúde.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística o desporto representou 1,2% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 1,4% do emprego no país no triénio 2010-2012, sendo o segundo setor com maior número de horas de trabalho voluntário (14.617,8 horas de trabalho voluntário formal no ano de 2012), apenas superado pelo setor social.

Também estes indicadores nacionais, assim como tantos outros aqui não mencionados, refletem o peso social e económico do desporto em Portugal e sua implicação particular na vida de milhares de pessoas.

É por todos sabido que a situação pandémica que o país atravessa coloca o desporto nacional numa situação crítica que face à falta de resposta por parte do Governo motivou a construção de uma posição conjunta do movimento desportivo federado liderada pelo Comité Olímpico

de Portugal, o Comité Paralímpico de Portugal e a Confederação do Desporto de Portugal. Este movimento efetivou-se pela realização da Cimeira das Federações Desportivas, a 15 de julho, da qual resultou a aprovação por unanimidade de uma Moção composta por um leque de propostas de medidas a implementar no setor desportivo como resposta à crise provocada pela pandemia. Juntamos a referida Moção em anexo à presente comunicação com a sugestão de que ao conteúdo nela constante possam ser extraídas medidas que mereçam constar na Visão Estratégica aqui em discussão.

A constatação da importância estrutural do desporto na sociedade não está, de resto, restrita à realidade portuguesa. Várias organizações internacionais emitem recomendações dirigidas aos governos nacionais para que sejam adotadas políticas que privilegiem estratégias para o desenvolvimento sustentável e que não coloquem o desporto fora dos planos de recuperação. Dá-se como exemplo uma declaração aprovada por 118 países membros da ONU, entre os quais Portugal, onde consta o “apelo a todos os Estados para incluírem o desporto e a atividade física nos seus planos de recuperação pós COVID-19 e a integrem o desporto e a atividade física nas estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável”. Vários países estão a desenvolver planos seguindo estas recomendações, mas acima de tudo com a visão política de proteger o desporto e em particular o desenvolvimento desportivo. Em Portugal não podemos sinalizar a mesma opção.

Quando falamos de desporto abordamo-lo sempre na sua dimensão mais inclusiva, englobando, naturalmente, o desporto para pessoas com deficiência. No que concerne especificamente aos seus principais intervenientes, a Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos declarou recentemente que “a pandemia do COVID-19, enquanto crise de saúde pública sem precedentes, veio colocar enormes desafios à proteção do bem-estar e dos direitos humanos dos cidadãos” e “acentuou desigualdades, afetando significativamente grupos vulneráveis da população”. Nos referidos “grupos vulneráveis da população” encontram-se também os protagonistas do desporto para pessoas com deficiência, os quais estão inseridos num grupo que representa mais de 6% da população portuguesa. Dados dos Censos de 2001 apontavam a existência de 636.059 pessoas com deficiência em Portugal.

Não contemplar esta dimensão parece-nos esquecer uma fatia significativa da população portuguesa e correr o risco de regredir no esforço coletivo no que diz respeito à inclusão social.

É consensual que em tempo de crise, como aquele que estamos a viver em resultado dos impactos do COVID-19, os primeiros afetados são os mais frágeis, os mais pobres, e neste segmento as pessoas com deficiência estão na linha da frente do grupo de risco, não só no que à saúde diz respeito mas acima de tudo nos processos de pobreza e de exclusão social. Importa enfatizar que a condição destas pessoas não decorre da circunstância de serem pessoas com deficiência mas sim da forma como esta é socialmente construída, bem como de barreiras políticas, físicas, sociais e psicológicas erigidas relativamente à deficiência e às pessoas que vivem essa realidade.

Sendo a deficiência uma construção socialmente produzida importa, na nossa opinião, que “a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” e o seu respetivo plano de recuperação económica inclua também políticas concretas para este segmento da população.

Reputamos da maior importância que um dos eixos da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 coloque a acessibilidade inclusiva e universal e a igualdade de oportunidades como eixo prioritário de intervenção, No que diz respeito à acessibilidade inclusiva julgamos que a adaptação das infraestruturas desportivas com acessibilidades universais não só será um factor de desenvolvimento desportivo e o cumprir do direito Constitucional do acesso ao desporto na sua dimensão mais inclusiva, mas também em termos económicos pode colocar o país em condições mais concorrenciais no que diz respeito ao turismo inclusivo, turismo sénior e à crescente procura por parte de muitos países, de instalações desportivas efetivamente acessíveis:

Considerando a reflexão que antes partilhamos e a convicção que as autoridades portuguesas reconheçam a importância do setor do desporto no funcionamento das sociedades modernas, o qual, como referido anteriormente, vai muito para além das suas fronteiras, apelamos ao Governo da República para a inclusão de medidas de apoio ao desporto, em particular ao movimento associativo, e às pessoas com deficiência que permitam a sua viabilidade na “estratégia de recuperação económica da crise provocada pelo novo coronavírus” evocada no documento sujeito a discussão pública.

O Comité Paralímpico de Portugal encontra-se disponível para cooperar em todas as ações que visem encontrar as melhores medidas de apoio ao desporto para pessoas com deficiência em Portugal,

Com os nossos cumprimentos.

O Presidente do Comité Paralímpico de Portugal

Assinado por : **JOSÉ MANUEL FERNANDES
LOURENÇO**
Num. de Identificação: B104480582
Data: 2020.08.21 11:33:10+01'00'

